



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Política Social, Seguridade Social e Proteção Social)

Políticas sociais em um governo ultraconservador: ameaças e desafios contemporâneos.

Carina Lilian Fernandes Pinheiro ¹
Maria de Lourdes Soares²

Resumo: As políticas sociais no Brasil têm sofrido bastante com o avanço do ultraconservadorismo. Isso porque, nesse contexto, torna-se cada mais desafiante lutar por políticas sociais públicas de qualidade. O governo eleito no Brasil tem demonstrado estar alinhado à essa onda ultraconservadora e desalinhado às políticas sociais, as quais encontram-se ameaçadas. Diante disso, objetivamos fazer uma reflexão sobre as ameaças e desafios contemporâneos para as políticas sociais no Brasil nessa atual conjuntura ultraconservadora, através da análise de reportagens recentes sobre o assunto. Fazendo essa reflexão entendemos que as perspectivas indicam época de retrocessos sociais, mas também de luta e resistência.

Palavras-chave: Políticas sociais; ultraconservadorismo; reportagens; perspectivas; retrocessos.

Abstract: Social policies in Brazil have suffered greatly with the advance of the ultraconservative. This is because, in this context, it becomes more and more challenging to fight for quality public social policies. The elected government in Brazil has been shown to be aligned with this ultraconservative wave and misaligned to social policies, which are threatened. In view of this, we aim to reflect on contemporary threats and challenges to social policies in Brazil in this ultraconservative conjuncture, through the analysis of recent reports on the subject. In doing this reflection we understand that the perspectives indicate a time of setbacks, but also of struggle and resistance.

Keywords: Social politics; ultraconservative; reports; prospects; retrocessions.

¹ Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: carinalfp@yahoo.com.br

² Professora da Universidade Federal da Paraíba, Doutora em Ciências Sociais e Pós-Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e-mail: marialsc@terra.com.br



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.



1 INTRODUÇÃO

Ultimamente estamos vivenciando um momento de avanço dos governos da chamada extrema direita, também classificados como ultraconservadores. É um movimento político mundial, que teve como um dos marcos a eleição do presidente norte-americano Donald Trump, e aqui no Brasil, principalmente, com a eleição do atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Esse tipo de governo desenvolve uma política voltada aos interesses do capital e da economia, de uma maneira geral, mas desalinhado com as políticas sociais e com os interesses da classe trabalhadora. A ideia é investir o mínimo necessário na área social, pouco valorizada nesses governos. Não é à toa que estamos caminhando para uma reforma da previdência e que vivenciamos há pouco uma reforma trabalhista com severas perdas de direitos.

Os reflexos negativos dessa política do mínimo social para a grande maioria da população são devastadores, especialmente para a população mais pobre, que é cada vez mais massacrada com o enxugamento do Estado, com a redução de recursos para as políticas públicas e com a perda de direitos sociais.

Mesmo com pouco tempo de governo, já podemos identificar, no atual governo Bolsonaro, uma série de ameaças às políticas sociais. Por isso, neste trabalho, nos propomos a fazer uma reflexão sobre as ameaças e os desafios contemporâneos para as políticas sociais na atual conjuntura ultraconservadora, a partir de reportagens e notícias recentes sobre o assunto.

Com o risco e as ameaças iminentes às políticas sociais, precisamos estar atentos. As perspectivas não estão favoráveis, espera-se um período político difícil no Brasil, favorável a diversos retrocessos sociais. Por isso, não podemos nos calar, ao contrário, temos que conhecer e debater cada vez mais sobre esse assunto. Daí a importância desse trabalho e dessa reflexão. Devemos estar preparados para encarar a luta e dispostos a resistir.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: ENTENDENDO O CONTEXTO

Para entender melhor a política praticada pelo novo governo e antes de refletir sobre as notícias recentes, precisamos compreender um pouco do contexto histórico das políticas sociais no Brasil. Perceber também como elas surgiram, como são instituídas e quais as suas características, principalmente no caso brasileiro.



Para tanto, é imprescindível destacar que o surgimento das políticas sociais está relacionado principalmente ao aparecimento das mazelas próprias à ordem burguesa, derivadas sobretudo do processo de industrialização e urbanização, e, precipuamente, do próprio capitalismo. Foi na tentativa de atender as necessidades sociais da população, mas também atender os objetivos de controle político e social do Estado e elites, que surgiram as políticas sociais. Mas, entender o surgimento das políticas sociais é algo bastante complexo e exige que façamos mais algumas considerações.

As políticas sociais podem ser entendidas como “frutos de conquistas importantes da classe trabalhadora frente à exploração da sua força de trabalho[...]” (BOSCHETTI, 2008, p. 7), pois elas estão correlacionadas ao binômio trabalho/seguridade social, à organização política e resistência da classe trabalhadora, à disputa por hegemonia. Também expressa relações entre “Estado e sociedade, economia e política, e entre os princípios da liberdade, igualdade e equidade ou justiça social” (BOSCHETTI, 2008, p. 8). Nesse sentido, é necessário compreender o caráter contraditório das políticas sociais, pois servem ao capital e à classe trabalhadora, conforme Boschetti (2008, p. 7):

É com respaldo na contradição que se pode perceber a política social em suas potencialidades e limites para enfrentar a desigualdade e responder à diversidade e singularidade das condições de vida da classe trabalhadora, sem incorrer no conformismo ou no abandono das lutas emancipatórias. Somente nessa perspectiva é possível conceber a política social, no conjunto das políticas públicas, como resultado de correlações de forças que podem atribuir aos direitos que elas implementam diferentes significados [...].

Ainda sobre o caráter dialético contraditório das políticas sociais, Pereira (2011) ressalta que ela pode ser positiva e negativa ao mesmo tempo e que ela não pode ser compreendida de forma linear. Segundo a autora:

[...] ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiando interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa a contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor (PEREIRA, 2011, p. 166).

Para garantir de fato a positividade da política social e garantir sua efetividade no atendimento das necessidades da população ela deve ser apreendida como política pública, ou seja, de todos, portanto, universal e disponível a totalidade dos sujeitos (PEREIRA, 2011). Mas, apesar de considerado objetivo fundamental da República “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988, art. 3º, inciso III) e da seguridade social (saúde, previdência e assistência) e outras políticas serem tratadas como direito de todos na Constituição Federal, no Brasil, a realidade é bem diferente da teoria.



O que temos na realidade brasileira são políticas sociais focalizadas, segmentadas, fragmentadas, com limites orçamentários cada vez mais apertados, atendendo geralmente a uma pequena parcela da população de forma precária e burocratizada, não satisfazendo de fato as necessidades dela. Aqui ainda predomina o cunho assistencialista, a ‘política da esmola’, do gerenciamento da pobreza e da gestão clientelista, especialmente no âmbito municipal.

Além disso, é fundamental ter ciência de que as desigualdades sociais são inerentes à uma sociedade capitalista e que, portanto, o agravamento das necessidades da população deve ser apreendido no movimento da luta de classes e inserido no modo de produção e reprodução capitalista, no qual “[...] a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza (relativa ou absoluta)” (NETTO, 2011, p.23).

Para além dessas características, os gastos com políticas sociais vêm diminuindo nos últimos anos. A qualquer indício de retração econômica, o primeiro setor cortado é o social. Ainda no governo Dilma Rousseff, em 2016, segundo Mariz e Jungblut (2016), os programas sociais já haviam acumulado um corte de 87%. No governo Michel Temer os cortes foram ainda piores, da ordem de 94,9% nos programas sociais, segundo Gonçalves (2018). No governo Temer, em 2016, também foi aprovada a famosa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que congelou os gastos públicos pelos próximos 20 anos, a qual pode trazer consequências nefastas para as políticas sociais.

Segundo notícia publicada na BBC News em 03 de agosto de 2018, especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) relataram que os cortes de gastos sociais em programas sociais no Brasil têm agravado as desigualdades e penalizado, principalmente, os mais pobres.

Diante disso, vamos refletir sobre a conjuntura política atual ultraconservadora e sobre as perspectivas para as políticas sociais diante das ameaças que estão postas, considerando as notícias e reportagens recentes que possam indicar algum tipo de retrocesso social.

2 POLÍTICAS SOCIAIS: AMEAÇAS E RISCOS NA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA

Analisando as declarações do governo atual sobre o setor social, as perspectivas não são favoráveis às políticas sociais. Segundo notícia publicada no Jornal El País por Mendonça (2019): “Paulo Guedes quer encolher o Estado como nunca antes na história do país”. Outra matéria publicada no site Valor Econômico por Bôas (2018) afirma que: “A decisão do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), de rever a demarcação da reserva



indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, multiplicou incertezas sobre a agenda social do governo [...]”. A mesma notícia também afirma que há um temor sobre cortes de gastos em programas sociais.

O projeto político do atual governo, de extrema direita, autoritário, neoliberal e ao mesmo tempo ultraconservador, parece ser um misto de tudo que é perverso às políticas sociais, pois defende o enxugamento do Estado, privatizações, defesa da propriedade privada, congelamento de gastos sociais e a diminuição dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Esse neoliberalismo ultraconservador pode ser explicado na medida em que o primeiro se apoia no conservadorismo, ou seja, o conservadorismo dá suporte ao neoliberalismo, tanto a nível político, social, como cultural. Na contemporaneidade o termo ultraconservador também enfatiza as defesas moralistas desse atual governo, que utiliza em seus discursos palavras e expressões como “Deus”, “família”, “moral” e “bons costumes”. Sobre esse casamento entre neoliberal e conservador Hoeveler (2018) afirma que:

Retórica à parte, essa nova direita representa o casamento entre um programa neoliberal e uma plataforma conservadora do ponto de vista dos costumes (racismo, machismo, homofobia), além, como já nos referimos, do aprofundamento da coerção social. Entretanto, como a ideologia da direita vem ganhando o senso comum, essa coerção pode perfeitamente vir acompanhada de um amplo consenso [...].

Ainda segunda a autora, o neoliberalismo não se constitui somente por um conjunto de políticas econômicas, ele é sobretudo uma estratégia de desenvolvimento que teve início na crise econômica, política e social dos anos 1970 e “[...] que ocorreu historicamente através de muitos tipos de modelos, incluindo aí o ‘social-liberalismo’ dos anos Lula, Bachelet e Kirchners” (HOEVELER, 2018).

Outro ponto que merece ser explanado é que o governo de Jair Bolsonaro não pode ser considerado ou confundido com um governo nacionalista somente pelo fato dele ter servido às forças armadas ou por tentar defender o regime militar. Como bem explicou Leda Paulani em sua participação no programa No Jardim da Política (FERNANDES E FIDELES, 2018): “Ele é hierárquico, é autoritário, mas no nacionalismo, mesmo o do Bolsonaro, é um nacionalismo de fachada”. Na opinião dela “nacionalista não bate continência para a bandeira [norte-] americana”, nem tampouco apoia diversas privatizações.

Analisando toda essa conjuntura e da maneira como a política social está configurada no Brasil, associada aos cortes já realizados, e ao tipo de política defendida e executada pelo presidente vigente, a perspectiva é de que seja um período difícil, de incertezas e retrocessos para as políticas sociais. De acordo com RFI (2018), em notícia publicada em dezembro de 2018, os jornais franceses afirmavam que o “Governo Bolsonaro será sombrio, ultraconservador e imprevisível”.



Nesse contexto ameaçador e sombrio para as políticas sociais, alguns contornos já estão sendo traçados e alguns cortes já estão sendo feitos, à exemplo dos que foram feitos na rede socioassistencial de São Paulo, que fizeram com que Jose Castro, o ex-secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, colocasse o cargo à disposição. Segundo Borges (2019), José Covas deu a seguinte declaração: “Não acredito que seja possível a manutenção da rede socioassistencial com um corte da ordem de R\$ 240 milhões. Mantido o corte, a precarização vai acontecer”. O autor ressalta que:

Moradores em situação de rua, crianças que sofreram violência sexual, pessoas que recebem o Bolsa Família, idosos, deficientes físicos e intelectuais, e adolescentes em conflito com a lei... Uma parcela considerável da população que conta – ou deveria contar – com o atendimento prioritário da Assistência Social corre o risco de ficar em situação ainda mais vulnerável na capital paulista (BORGES, 2019).

De acordo com Maretti (2019), o governo Bolsonaro não ameaça somente os direitos, mas o futuro do país, já que em apenas dois (2) meses “flexibilizou a posse de armas, tentou promover doutrinação em escolas, apresentou projeto anticrime condenado pela OAB e desmoralizou a diplomacia brasileira”. Ele afirma ainda que a educação virou motivo de piada depois que o então Ministro, Ricardo Velez, ‘pediu’ às escolas “que obrigassem as crianças a cantar o Hino Nacional e repetissem o slogan da campanha ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’”. Vale salientar que o ministro em questão ainda requereu que as crianças fossem filmadas, numa demonstração de, no mínimo, desconhecimento das leis e despreparo, para não dizer pior.

Os cortes na área da educação também têm despertado para um cenário bastante preocupante. De acordo com Carneiro (2017), o governo federal cortou 44% do orçamento para a área de ciência e tecnologia em 2017. O presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, declarou que os cortes interrompem pesquisas, geram êxodo de cérebros e “vai penalizar o Brasil por décadas” (CARNEIRO, 2017). Mais recentemente, em 29 de março de 2019, um novo corte anunciado pelo governo federal, da ordem de quase R\$ 29,6 bilhões, atingiu novamente a ciência e a educação e “pode comprometer o andamento de pesquisas científicas e o investimento em áreas como transporte, infraestrutura, formação de professores e financiamento estudantil” (JUSTINO, 2019).

A indicação do mestre em administração na área de finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Abraham Weintraub, para ser o novo ministro da educação também trouxe receios de uma administração mais economicista da educação pública. Além disso, ele fez declarações duras que não soaram muito democráticas sobre as direções do Ministério da



Educação (MEC), como: “A gente vai pacificar o MEC” e “E quem não estiver satisfeito com ela, por favor, avise que será retirado” (ONOFRE, 2019).

Ainda na área da educação, outra notícia preocupante que pode precarizar ainda mais o ensino no país: a medida provisória (MP) sobre o ensino domiciliar. Conforme aponta a Gazeta do Povo (2019), no dia 02 de março de 2019 houve o anúncio da chamada ‘Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling’, que promete regulamentar a prática do ensino em casa em 100 dias, numa parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pelo ministra Damares Alves, Ministério da Educação e entidades como a Associação Nacional de Educação Familiar.

Aliás, a ministra citada já foi alvo de diversas críticas desde que assumiu o ministério. Seus discursos de cunho religioso e pessoal têm sido considerados como uma afronta ao direito à liberdade, à laicidade e às políticas afirmativas no Brasil. Ela já afirmou, conforme noticiou Cerioni (2019), que: “menino veste azul e menina veste rosa”. Além disso, Damares criticou o movimento feminista e declarou em entrevista ao site Expresso Nacional, em 08 de março de 2018 que: “As feministas [estão] levantando uma guerra entre homens e mulheres” e que se preocupa com a ausência “da mulher de casa”. O próprio presidente já desdenhou do ministério e alegou que Damares “é uma ministra com importância não muito grande” (MARAKAWA e ARAÚJO, 2019).

A mudança do nome do ministério para Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos já indica a presença do conservadorismo no governo Bolsonaro. Segundo afirma Ferreira (2019): “Ao unir a pauta dos direitos humanos com valores associados principalmente a uma agenda tendenciosamente evangélica, Bolsonaro passa a mensagem de que voz e demandas vindas dos grupos religiosos serão prioridade”. A autora aponta que há uma falta de conhecimento do termo “direitos humanos”, que ele foi associado a premissa de que “direitos humanos servem para defender bandidos” e “hiperconectada a discurso evangélico”.

Uma possível grande perda para as políticas sociais como um todo, que está sendo avaliada pelo novo governo, é a ideia de limitar a atuação dos conselhos nacionais de políticas públicas, pois eles seriam considerados um entrave à gestão que o governo deseja e pretende implementar (PIMENTEL, 2018). É importante destacar, nesse sentido, que esses conselhos são essenciais para garantir a participação popular nas decisões e formulações das políticas públicas, por isso, limitar a atuação dos conselhos também estará limitando o controle social.

A política de saúde também não está em situação favorável no governo Bolsonaro por vários motivos. O primeiro deles é que o presidente já declarou que não defende mais recursos para a saúde pública em seu plano de governo, e que seria necessário somente



uma gestão melhor do atual recurso (SUDRÉ, 2018). Sobre essa declaração, Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), explica que Bolsonaro utilizou dados desatualizados e mal interpretados para se fundamentar e que:

Essa discussão que se faz de que uma melhor gestão e economia de recursos seriam suficientes para que o SUS pudesse cumprir todas as suas obrigações, é uma visão incompleta. Comparando com outros países, o percentual de recursos públicos destinados ao SUS é infinitamente menor do que o de outros países que também possuem sistemas universais de saúde. A insuficiência de recursos é um fato (SUDRÉ, 2018).

O professor de medicina também avalia como sendo inviável e cara a proposta de Bolsonaro relativa ao credenciamento universal dos médicos para atender pelo Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente sem a liberação de mais recursos e com a Emenda Constitucional (EC) nº 95 que trata do congelamento dos gastos públicos com saúde, educação e assistência social (SUDRÉ, 2018).

Além disso, o governo também foi criticado por promover um desmonte do SUS, única opção para 70% dos brasileiros, acabar com o programa social Mais Médicos e pela Escolha do deputado Luiz Henrique Mandetta para o Ministério da Saúde, “investigado por fraude em licitação, tráfico de influência e caixa dois na implementação de um prontuário eletrônico quando era secretário de Saúde de Campo Grande (MS), entre 2005 e 2010” (LOURENÇO, 2018). O governo de Cuba decidiu sair do Mais Médicos citando “referências diretas, depreciativas e ameaçadoras” do presidente Bolsonaro que exigiu a revalidação dos diplomas dos médicos do programa, que já havia sido dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, e defendeu que estaria ajudando os cubanos (G1, 2018).

O programa Mais Médicos de fato é bastante polêmico, existindo muitas críticas em relação a ele. No entanto, a ideia de acabar com o programa, o qual não abrigava somente os cubanos, pareceu mais um esforço para acabar com um programa criado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do que um ato a favor da política da saúde, da população brasileira e dos cubanos. Até porque, quando tomou essa decisão, não haviam médicos suficientes inscritos para substituir os estrangeiros, especialmente para atender as áreas mais afastadas, conforme afirma Lourenço: “A partida dos cerca de 8 mil profissionais cubanos vai deixar, ao menos temporariamente, 2,8 mil municípios e 34 distritos sanitários especiais indígenas sem atenção básica de saúde, um dever do Estado”.

O G1 (2018) confirma a representatividade do programa no Brasil, pois afirma que, de acordo com dados divulgados em 2016 pelo governo, o programa era responsável “por 48% das equipes de Atenção Básica em municípios com até 10 mil habitantes e que “Em 1.100 municípios atendidos pelo programa, o Mais Médicos representava 100% da cobertura de Atenção Básica”. Portanto, acabar com o programa, sem a falta de substitutos



para esses médicos, acabou prejudicando a população, especialmente aquela que mais precisa e que menos tem condições de ter acesso à rede privada. A Confederação Nacional dos municípios (CNM) divulgou que a saída dos cubanos afetará 28 milhões de pessoas e que a situação é de “extrema preocupação” e “exige a superação ‘em curto prazo’” (MATOSO, 2018).

As políticas afirmativas também parecem estar ameaçadas no governo de Bolsonaro. Em entrevista concedida à TV Cidade Verde do Piauí, Bolsonaro criticou as políticas afirmativas, disse que não são necessárias ações do governo para combater o preconceito racial e o bullying, e que a melhor forma de combater o racismo seria “não tocando no assunto” (IG SÃO PAULO, 2018). Ele ainda declarou que não há desigualdade no Brasil, que “somos um só povo” e que “tudo é coitadismo. Não pode ter política para isso. Coitado do negro, do gay, das mulheres, do nordestino, do piauiense, tudo é coitadismo no Brasil” (IG SÃO PAULO, 2018).

Naturalizando os preconceitos e as desigualdades sociais do país, Bolsonaro também afirmou, na mesma entrevista, que: “quem se dedicar pelo mérito, logicamente, terá vida mais tranquila do que aquele que não se dedicou no seu tempo de jovem”, ignorando todas as diferenças existentes, de oportunidades, de região, de ensino, de realidade econômica, cultural e social. E, segundo Benez (2018), criticou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enfatizando que “ações do MST será tipificadas como terrorismo. Esse pessoal não pode levar terror ao campo”, numa clara defesa dos grandes proprietários de terras rurais.

Mais recentemente, dia 27 de março de 2019, Camargos e Magalhães (2019) ressaltam que o governo voltou a suspender a reforma agrária por tempo indeterminado. A ordem do general João Carlos de Jesus Corrêa, dada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), determinou “a ‘expressa suspensão’ das vistorias nos imóveis rurais”, alegando “redução orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual de 2019”, já que o orçamento destinado à aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária reduziu 50% entre 2018 e 2019, “saindo de R\$ 83,7 milhões para R\$ 42 milhões” (CAMARGOS E MAGALHÃES, 2019).

Com todos esses indícios e ameaças descritas até aqui, podemos afirmar que o governo está passando da fase das conjecturas e dúvidas para a fase da constatação de fato. Constatação de que não é a favor de uma política alinhada com as políticas sociais e com a população mais sobre (FILHO, 2019). Segundo o autor:

Há várias linhas ideológicas e de propaganda que se cruzam e se complementam para viabilizar o projeto do novo governo, projeto que pretende iniciar um novo regime político, algo mais profundo. O discurso em favor “da família, da moral e dos bons costumes”, contra as políticas sociais e de reparação social tenta manter coeso



um setor social mais identificado com o conservadorismo e contrário aos recentes avanços sociais de parcelas da população que passaram a compartilhar e disputar espaços antes muito restritos e elitizados. O governo utiliza um discurso em defesa da “meritocracia” mas apenas procura preservar privilégios contra a ascensão dos negros, das mulheres, dos grupos de quilombolas, indígenas, nordestinos e da população LGBT (FILHO, 2019).

O autor ainda reforça que o governo se utiliza de diversas estratégias de controle social para anestesiar a população, enquanto implementa o seu verdadeiro projeto econômico:

O diversionismo, o uso de chavões vazios e do medo da violência ou do terrorismo como estratégia de controle social, recurso bem antigo e já estudado em outros regimes autoritários, aliado à intolerância contra os diferentes, os negros, as mulheres e os LGBTs, o medo e o ódio ao pobre, tudo isso tem o objetivo de mobilizar essa parcela da população que se anestesiará enquanto o verdadeiro projeto econômico será implantado (FILHO, 2019).

Fazendo uma reflexão de todas as ameaças expostas nas notícias que dão conta de como a nova gestão trata e entende as políticas sociais, podemos perceber claramente que será um período difícil, com muitos embates e entraves. O presidente já demonstrou ter uma administração voltada para a elite brasileira, para a defesa intransigente da propriedade privada, e uma visão equivocada dos direitos humanos, das políticas afirmativas e das políticas sociais de uma maneira geral.

Além disso, desconhece a realidade desigual histórica do Brasil, desmerece as causas e movimentos sociais, fundamenta-se em dados errôneos, desacredita quem o critica, incluindo a imprensa, e quer acabar com programas sociais sem analisar e levar em consideração as consequências para a população. Portanto, vários direitos e políticas estão ameaçadas, a educação, a saúde, as políticas afirmativas e diversas outras estão sendo prejudicadas.

Por isso, é muito importante falar e discutir sobre esses assuntos, analisar tudo que está acontecendo e entender o contexto ultraconservador. Temos de estar atentos e continuar refletindo sobre essa nova conjuntura, para que possamos estar preparados para o que está por vir, e para lutar pela manutenção e fortalecimento das políticas sociais, resistindo a qualquer perda de direitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, são muitas reportagens e notícias que indicam que o atual governo pratica e pretende desenvolver uma política ultraconservadora, o que indica um período



difícil e obscuro para as políticas sociais. Muitas perdas de direitos já foram anunciadas e a expectativa é de que outras estão por vir.

Não tivemos aqui a intenção de esvaziar o tema ou a quantidade de reportagens sobre o assunto, até porque somos bombardeados todos os dias com muitas delas, mas de trazer um apanhado de algumas notícias, de diversas fontes, que apontem para o direcionamento seguido pelo novo governo em relação a área social, destacando e percebendo os retrocessos e ameaças que estão postos na conjuntura atual.

Refletimos que as expectativas não são boas, e que alguns contornos já foram se desenhando, a mudança de olhar em relação aos direitos humanos, a estratégia conservadora de se pensar família, direitos da mulher e religião, e a perspectiva equivocada sobre diversas políticas sociais, marcam um período propenso a perda de conquistas e direitos sociais.

Por isso, precisamos estar atentos e preparados para enfrentar esse momento. Devemos continuar falando, discutindo e debatendo sobre o assunto e permanecermos na luta, sempre dispostos a resistir.

4 REFERÊNCIAS

BBC NEWS. **Corte de gastos no Brasil está agravando desigualdades, dizem especialistas da ONU**. Divulgada em 03 de agosto de 2018. Coluna Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45053427>>. Acesso em: 16 de março de 2019.

BENEZ, Rafaela. **Bolsonaro diz que acabará com “coitadismo” de gays, negros e mulheres**. Divulgada em 23 de outubro de 2018. Coluna Eleições 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/bolsonaro-diz-que-acabara-com-coitadismo-de-gays-negros-e-mulheres>>. Acesso em: 25 de março de 2019.

BÔAS, Bruno Villas. **Incertezas sobre políticas sociais se multiplicam com Bolsonaro. Divulgada em 20 de dezembro de 2018**. Coluna Brasil. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/6033483/incertezas-sobre-politicas-sociais-se-multiplicam-com-bolsonaro>>. Acesso em: 16 de março de 2019.

BORGES, Thiago. **Prefeitura corta grana para a Assistência Social: O que você tem a ver com isso?** Divulgada em 28 de março de 2019. Coluna Contra o genocídio. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/prefeitura-corta-grana-para-assistencia-social-o-que-voce-tem-a-ver-com-isso/>>. Acesso em: 28 de março de 2019.

BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. Apresentação. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 14 de março de 2019.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CclVIL_03/LEIS/L8662.htm>. Acesso em: 15 de março de 2018.

CALEIRO, João Pedro. **Bolsonaro promete fim do “coitadismo” de negro, gay, mulher e nordestino.** Divulgada em 23 de outubro de 2018. Coluna Brasil. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-promete-fim-do-coitadismo-de-negro-gay-mulher-e-nordestino/>>. Acesso em: 15 de março de 2019.

CAMARGOS, Daniel; MAGALHÃES, Ana. **Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país.** Divulgada em 28 de março de 2019. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/03/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais/>>. Acesso em: 25 de março de 2019.

CARNEIRO, Júlia. **Cortes na ciência geram êxodo de cérebros, congelam pesquisas e vão punir Brasil por décadas, diz presidente da academia.** Divulgada em 11 de julho de 2017. Coluna Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40504128>>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

CERIONI, Clara. **Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares em vídeo. Divulgada em 03 de janeiro de 2019.** Coluna Brasil. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Damares Alves: veja frases polêmicas da futura ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.** Divulgada em 12 de dezembro de 2018. Coluna Política. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/damares-alves-veja-frases-polemicas-da-futura-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos-1.2037042>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

FERNANDES, Leonardo; FIDELES, Nina. **A política econômica de Bolsonaro: entre o nacionalismo de fachada e o neoliberalismo.** Divulgada em 17 de dezembro de 2018. Coluna Economia. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/17/turma-do-paulo-guedes-quer-aprofundar-a-cartilha-neoliberal-diz-leda-paulani/>>. Acesso em: 17 de março de 2019.

FERREIRA, Lola. **Governo Bolsonaro tem início com pasta dos Direitos hiperconectada a discurso evangélico.** Divulgada em 11 de janeiro de 2019. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/governo-bolsonaro-tem-inicio-com-pasta-dos-direitos-humanos-hiperconectada-discurso-evangelico/>>. Acesso em: 24 de março de 2019.

FILHO, Penildon Silva. **O governo Bolsonaro, Estado e as políticas sociais.** Divulgada em 03 de janeiro de 2019. Coluna Educação. Disponível em: <<https://www.bnews.com.br/artigo/838,o-governo-bolsonaro-o-estado-e-as-politicas-publicas.html>>. Acesso em: 25 de março de 2019.

GAZETA DO POVO. **"MP do homeschooling chegará ao Congresso nos próximos dias, diz Damares".** Divulgada em 03 de abril de 2019. Coluna Educação. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mp-do-homeschooling-chegara-ao-congresso-nos-proximos-dias-diz-damares/>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

GONÇALVES, Juliana. **Cortes de 94,9% em programas sociais feitos por Temer abreviam futuro dos brasileiros.** Divulgada em 18 de junho de 2018. Coluna Direitos



Humanos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/18/cortes-de-949-em-programas-sociais-feitos-por-temer-abreviam-futuro-dos-brasileiros/>>. Acesso em: 16 de março de 2019.

G1. Cuba decide deixar programa Mais Médicos no Brasil e cita declarações ‘ameaçadoras’ de Bolsonaro. Divulgada em 14 de novembro de 2018. Coluna Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

HOEVELER, Rejane Carolina. **Bolsonaro, neoliberalismo e ojeriza à política.** Divulgada em 29 de agosto de 2018. Coluna Especial Neofascismo. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/08/29/bolsonaro-neoliberalismo-e-ojeriza-a-politica/>. Acesso em: 17 de março de 2019.

IG SÃO PAULO. **Bolsonaro critica cotas e fala em “acabar com o coitadismo no Brasil”.** Divulgada em 24 de outubro de 2018. Coluna Política. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-24/bolsonaro-critica-cotas-coitadismo.html>>. Acesso em 25 de março de 2019.

JUSTINO, Guilherme. **Cortes de quase R\$ 8 bilhões no orçamento devem prejudicar ensino e pesquisa no Brasil.** Divulgada em 04 de abril de 2019. Coluna Educação e Trabalho. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/04/cortes-de-quase-r-8-bilhoes-no-orcamento-devem-prejudicar-ensino-e-pesquisa-no-brasil-cju2s4p7j00tn01nva4i1tobi.html>>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

LOURENÇO, Enio. **O SUS sobreviverá à era Bolsonaro?** Divulgada em 27 de novembro de 2018. Coluna Saúde. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/o-sus-sobrevivera-a-era-bolsonaro/>>. Acesso em: 18 de março de 2018.

MARETTI, Eduardo. **Governo Bolsonaro completa dois meses de ameaças a direitos e ao futuro do país.** Divulgada em 01 de março de 2019. Coluna Política. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/03/governo-bolsonaro-completa-dois-meses-de-ameacas-a-direitos-e-ao-futuro-do-pais>>. Acesso em: 07 de março de 2019.

MARIZ, Renata; JUNGBLUT, Cristiane. **Programas sociais têm cortes de até 87% com Dilma.** Divulgada em 01 de maio de 2016. Coluna Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/programas-sociais-tem-cortes-de-ate-87-com-dilma-19206020>>. Acesso em: 16 de março de 2019.

MATOSO, Filipe. **Saída de Cuba do Mais Médicos afeta 28 milhões de pessoas, diz Confederação dos Municípios.** Divulgada em 15 de novembro de 2018. Coluna Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/15/saida-de-cuba-do-mais-medicos-afeta-28-milhoes-de-pessoas-diz-confederacao-dos-municipios.ghtml>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

MENDONÇA, Heloísa. **Paulo Guedes quer encolher o Estado como nunca antes na história do país.** Divulgada em 03 de janeiro de 2019. Coluna economia brasileira. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/economia/1546449418_051111.html>. Acesso em: 16 de março de 2019.

MURAKAWA, Fabio; ARAÚJO, Carla. **Bolsonaro diz que Damares é ministra sem muita importância.** Divulgada em 21 de março de 2019. Coluna Política. Disponível em:



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

<<https://www.valor.com.br/politica/6174269/bolsonaro-diz-que-damares-e-ministra-sem-muita-importancia>>. Acesso em: 24 de março de 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ONOFRE, Renato. **Novo ministro da Educação diz que vai 'pacificar' o MEC**. Divulgada em 09 de abril de 2019. Coluna Educação. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/novo-ministro-da-educacao-diz-que-vai-pacificar-o-mec,b87067ecdc42c1a986c0ef1cec98ca800nb588vd.html>>. Acesso em: 09 de abril de 2019.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social: temas e questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, Matheus. **O que são conselhos nacionais de políticas públicas. E qual o seu papel**. Divulgada em 05 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/12/05/O-que-s%C3%A3o-conselhos-nacionais-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.-E-qual-seu-papel>>. Acesso em: 24 de março de 2019.

RFI. **Governo Bolsonaro será sombrio, ultraconservador e imprevisível, dizem jornais franceses**. Divulgada em 31 de dezembro de 2018. Coluna Brasil. Disponível em: <http://br.rfi.fr/brasil/20181231-governo-bolsonaro-sera-sombrio-ultraconservador-e-imprevisivel-dizem-jornais-frances?ref=tw_i>. Acesso em: 17 de março de 2019.

SUDRÉ, Lu. **Para Bolsonaro, SUS não precisa de mais recursos**. Divulgada em 14 de setembro de 2018. Coluna Política. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/14/para-bolsonaro-sus-nao-precisa-de-mais-recursos/>>. Acesso em: 18 de março de 2019.